O DIREITO ELEITORAL E A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: UM EQUILÍBRIO DELICADO

Autor(res)

Stace Liz Carneiro
Sidnea Aparecida Pereira
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Felipe De Almeida Campos
Habib Ribeiro David
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O direito eleitoral brasileiro enfrenta um desafio constante ao equilibrar a proteção da liberdade de expressão com a necessidade de regulamentação das campanhas eleitorais. A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, IV, garante a livre manifestação do pensamento, essencial para a democracia. No entanto, a legislação eleitoral impõe restrições que visam prevenir abusos e desinformação, especialmente em um contexto marcado por redes sociais e fake news. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem se posicionado sobre esses temas, buscando preservar a integridade do processo eleitoral sem cercear a liberdade de expressão. Este trabalho analisa as tensões entre esses direitos fundamentais, considerando decisões judiciais e o impacto das novas tecnologias.

Objetivo

Examinar como o direito eleitoral brasileiro equilibra a proteção da liberdade de expressão e as regulamentações necessárias para garantir eleições justas e transparentes.

Material e Métodos

A pesquisa será realizada por meio de revisão bibliográfica e análise de jurisprudência relevante do TSE e STF. Serão considerados artigos acadêmicos, livros especializados e dados sobre campanhas eleitorais. A abordagem qualitativa permitirá uma compreensão profunda das interações entre liberdade de expressão e direito eleitoral, enquanto a análise quantitativa fornecerá dados concretos sobre tendências e desafios.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as restrições à liberdade de expressão durante as eleições são frequentemente justificadas pela necessidade de proteger a integridade do processo democrático. Contudo, decisões como a ADPF 548 demonstram que o STF defende a liberdade de expressão como um pilar fundamental da democracia.

A regulamentação da propaganda eleitoral deve ser equilibrada para evitar abusos sem comprometer o debate público. As novas tecnologias, especialmente as redes sociais, complicam ainda mais essa dinâmica, exigindo uma reavaliação contínua das normas eleitorais.

Conclusão

O direito eleitoral brasileiro deve encontrar um equilíbrio entre proteger a liberdade de expressão e garantir um processo eleitoral justo. As reformas necessárias devem considerar as transformações sociais e tecnológicas atuais. A educação política é fundamental para capacitar cidadãos a exercerem seus direitos de forma consciente, contribuindo para uma democracia mais robusta.

Referências

Foram incluídas obras sobre direito eleitoral, jurisprudência do TSE e STF, além de artigos acadêmicos que abordem a intersecção entre liberdade de expressão e direito eleitoral.

Liberdade de expressão no contexto eleitoral na jurisprudência do STF
Liberdade de expressão x Propaganda eleitoral
livro digital: Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão
Liberdade de expressão em campanhas eleitorais: a imputação ...
Eleições 2024 gera desafios para o campo do Direito Eleitoral no Brasil
Lei das Eleições
O Direito Eleitoral como elo entre a democracia e a representação política